



## **Rede PENSSAN**

### **Sobre a Nota da Presidência do IPEA No. 12, 2022**

A Rede PENSSAN, que congrega pesquisadores e pesquisadoras de diversas e prestigiosas Universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior tomou conhecimento, com surpresa e incredulidade, do conteúdo da Nota da Presidência do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) Nº 12 divulgada com algum alarde em entrevista coletiva na Casa Civil da Presidência da República em 17 de agosto de 2022. Ressalvamos, desde logo, o histórico respeitável e, sobretudo, a independência e autonomia que sempre caracterizaram a produção técnico-científica do IPEA e o tornaram uma referência, como uma instituição do Estado Brasileiro, para o planejamento, elaboração e avaliação das políticas públicas. Daí a surpresa com o conteúdo da referida nota técnica que se propõe analisar a interação do Programa Auxílio Brasil com o mercado de trabalho e avaliar os indicadores de insegurança alimentar.

Iremos nos concentrar, aqui, nos equívocos conceituais graves e na interpretação equivocada e substancialmente enviesada dos dados sobre a insegurança alimentar e a fome divulgados pelo I e II Inquéritos Nacionais sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, de 2021 e 2022, elaborados pela Rede PENSSAN (I e II VIGISAN). Não serão abordadas a avaliação que faz do Programa Auxílio Brasil e as ilações relativas às repercussões no mercado de trabalho, na pobreza e no bem estar da população, igualmente problemáticas e que certamente merecerão ressalvas de colegas dedicados ao tema das políticas sociais.

A presente nota da Rede PENSSAN tem, portanto, o intuito de contestar tais interpretações e equívocos conceituais, em respeito e solidariedade à grande parcela da população brasileira que vive grave situação de miséria e fome. Neste sentido, ratifica que os resultados do I e II VIGISAN confirmam as tendências das prevalências de segurança e insegurança alimentar observadas pelos diferentes inquéritos nacionais entre 2004 e 2022, com dados absolutamente comparáveis entre si pela utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), tanto pelo IBGE quanto pela Rede PENSSAN.

A comparabilidade amostral dos inquéritos da Rede PENSSAN com as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) de 2004, 2009, 2013 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2018 (POF), ambas realizadas pelo IBGE, é dada pela utilização de amostras probabilísticas e representativas do conjunto da população rural e urbana do país. O II VIGISAN, em particular, considerou processo amostral de três estágios de seleção de domicílios e selecionou uma amostra de 12.745 domicílios de 577 municípios, distribuídos em 1.738 setores censitários, tendo como referência a seleção aleatória da mesma base de dados dos setores censitários do IBGE. Esta amostra considerou um nível de confiança de 95% e margem de erro máxima dos valores encontrados de 0,9% para mais ou para menos, de modo a garantir a representatividade nacional das estimativas de segurança e níveis de insegurança alimentar avaliados, procedimento necessário para estudos que tratam de amostras populacionais como o IBGE.

**Portanto, é absolutamente falsa a afirmação contida na nota do presidente do IPEA sobre a falta de comparabilidade dos resultados baseados em estatísticas oficiais e não-governamentais que geraram a série histórica 2004-2022, assim como é falacioso o argumento que contesta o inequívoco aumento progressivo da fome nos últimos 4 anos.**

Outro equívoco da referida nota é a afirmação de que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em seu relatório sobre a situação de insegurança alimentar no mundo publicado em julho de 2022 (SOFI 2022), apresentaria dados discrepantes aos da Rede PENSSAN, com prevalências de insegurança alimentar grave (IA grave) muito inferiores às aquelas apresentadas pelos I e II VIGISAN. Uma interpretação criteriosa de ambos os relatórios constatará que, apesar da *Food Insecurity Experience Scale/FIES* (FAO) e a EBIA (Brasil) constituírem medidas de aferição da segurança e níveis de insegurança alimentar em estudos populacionais baseadas nos mesmos pressupostos teóricos, têm distintos critérios de classificação (pontos de corte) da SA/IA. Isto porque a FAO define seus critérios de classificação em um processo de padronização (harmonização) internacional, que gera resultados diferentes daqueles obtidos nos países que tem suas próprias medidas e, portanto, seus próprios critérios baseados nas respectivas realidades nacionais. Este é o caso, entre vários outros, do Brasil e dos Estados Unidos da América. As estimativas disseminadas pela FAO tendem a ser inferiores às captadas em vários países que geram suas próprias estatísticas, principalmente em relação à insegurança alimentar grave. O limiar para classificar os entrevistados como em insegurança alimentar grave é diferente na escala global de gravidade da FIES em comparação com a escala EBIA porque a FAO adota, com o uso da FIES, limiares mais restritos para inclusão dos domicílios ou indivíduos nesta categoria de severidade, daí serem as estimativas de insegurança alimentar grave da FAO inferiores às da Rede PENSSAN.

Além disso, uma leitura minimamente cuidadosa das referências utilizadas na nota do Presidente do IPEA em sua nota revelaria que os dados de “prevalência de desnutrição” da FAO se referem à “prevalência de subalimentação” (*Prevalence of Undernourishment-PoU*) e não à desnutrição. Ademais, eles não são baseados em entrevistas, como consta na referida nota, mas sim em dados secundários indiretos. A desnutrição é convencionalmente identificada com medidas corporais individuais, tais como o peso e a estatura. A segurança/insegurança alimentar aferida pela EBIA e FIES é mensurada a partir de entrevista com pessoas que relatam sua experiência de maior ou menor acesso aos alimentos. Cabe esclarecer, portanto, que são três indicadores distintos: (i) a PoU é uma forma de medir indiretamente a segurança/insegurança alimentar; (ii) a EBIA e a FIES são indicadores diretos da capacidade dos indivíduos e famílias acessarem alimentos em quantidade suficiente e qualidade adequada; (iii) os indicadores de desnutrição compõem as evidências de impactos potenciais nos indivíduos da insegurança alimentar e da fome. Na nota do presidente do IPEA esses indicadores são indevidamente mesclados, no mínimo para justificar omissões e fundamentar interpretação equivocada e tendenciosa das políticas de transferência de renda e de enfrentamento da pobreza.

O argumento sobre a relação entre a insegurança alimentar e os indicadores de saúde da população brasileira contém uma interpretação metodológica igualmente equivocada, que fere os pressupostos teóricos de indicadores que tratam do fenômeno da fome e de sua relação com eventos adversos na saúde, adotados mundialmente. Além disso, o autor da nota ignora que, segundo ampla literatura, o uso das taxas de internação por desnutrição e também da ocorrência de baixo peso ao nascer é considerado frágil pela grande maioria dos profissionais de saúde, devido à elevada subnotificação. Usualmente, os registros nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde são de crianças internadas por doenças que podem ou não estar

relacionadas à desnutrição (diarreias, doenças respiratórias, e outras). O mais recomendado pelos epidemiologistas e outros especialistas sobre o uso de indicadores no planejamento das políticas de saúde seriam estudos populacionais que relacionam maior prevalência da desnutrição na infância, sobretudo desnutrição crônica, e a IA moderada ou grave. Atualmente, esses pesquisadores sugerem que se deve considerar a relação entre a insegurança alimentar e o sobrepeso/obesidade sobretudo entre mulheres e adolescentes, ou ainda a dupla carga de desnutrição e IA relacionada à desnutrição infantil e obesidade entre adultos de uma mesma casa. São inúmeros estudos, nacionais e internacionais, que mostram a associação entre sobrepeso/obesidade e IA moderada ou grave, explicada em grande parte pela opção que populações muito pobres fazem por alimentos de baixo custo, baixa qualidade, e ainda densamente calóricos. Avaliação cientificamente adequada sobre a associação entre estado nutricional e insegurança alimentar precisa de abordagem em estudos que considerem a avaliação destas condições no mesmo indivíduo, como nos estudos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS 2006) e Pesquisa de Orçamento familiar em 2009 (IBGE, 2009) e que deram origem a várias publicações acadêmicas, algumas delas referidas ao final.

Além desses aspectos, ao recorrer a um singelo gráfico de colunas para indicar a variação das estimativas de IA moderada e grave da FAO com prevalências de baixo peso ao nascer, o Presidente do IPEA revela desconhecimento de estimadores estatísticos adequados para avaliar o efeito entre exposição (nesse caso à IA moderada e grave) e desfechos de saúde.

Por fim, cabe destacar que a EBIA, ao medir a percepção e vivência de acesso aos alimentos nos domicílios, é capaz de identificar que a insegurança alimentar é um processo que vai da incerteza de acesso, à perda de qualidade e quantidade da alimentação, até atingir a fome como privação muito severa de alimentos. Portanto, a relação entre níveis de insegurança alimentar, restrições no acesso a alimentos e fome é direta e pode ser estabelecida mesmo que as medidas antropométricas ainda não revelem desnutrição, ou mesmo que apontem para a obesidade, como detalhado acima.

Diante do exposto, a Rede PENSSAN vem a público reiterar a relevância social e a consistência metodológica dos dados do I e II VIGISAN que são frutos de iniciativa visando mostrar à sociedade brasileira indicadores sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 e, deste modo, preencher uma lacuna criada pela ausência de estatísticas oficiais a respeito. A Rede PENSSAN não tem a pretensão de substituir os institutos oficiais de estatística com competência reconhecida como o IBGE, ao contrário, tem reivindicado que sejam criadas condições para que a insegurança alimentar seja aferida por eles de modo regular e frequente, considerando a competência e conhecimento acumulados por pesquisadores(as) brasileiros(as) nesse campo.

**Não podemos admitir tentativas, como a manifestação do Presidente do IPEA, de desqualificar o exercício de uma ciência cidadã compromissada com o conhecimento e o debate cientificamente fundamentado da realidade social do país. Ainda mais grave, não se pode calar frente a intentos despidorados, sejam eles “técnicos” ou mensagens em redes sociais, de encobrir a dura realidade de parcela significativa da população brasileira sem as condições mínimas para se alimentar e viver dignamente.**

## Referências:

- Augusto ALP, de Abreu Rodrigues AV, Domingos TB, Salles-Costa R. (2020), Household food insecurity associated with gestacional and neonatal outcomes: a systematic review. *BMC Pregnancy Childbirth*, 20(1):229.
- Cafiero C, Nord M, Viviani S, Grossi MED, Ballard T, Kepple A, et al. (2016) *FAO Methods for estimating comparable rates of food insecurity experienced by adults throughout the world*. Rome, FAO [Electronic Digital Media]. Rome (It), FAO. (Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4830e.pdf>)
- Domingos TB, Sichert R, Salles-Costa R. (2022), Sex differences in the relationship between food insecurity and weight status in Brazil. *British Journal of Nutrition*, p. 1:7.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO (2022), *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>
- Gubert MB, Spaniol AM, Bortolin GA, Pérez-Escamilla R. Household food insecurity, nutritional status and morbidity in Brazilian children (2016). *Public Health Nutrition*, v. 19, n. 12.
- II VIGISAN (2022), *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro, Rede PENSSAN, 122p. ISBN 978-65-87504-50-6 (Disponível em: [www.olheparaafome.com.br](http://www.olheparaafome.com.br))
- Kac, G, Velásquez-Melendez, G, Schlüssel, MM, Segall-Côrrea, AM, Silva, AA, Pérez-Escamilla, R, (2012), Severe food insecurity is associated with obesity among Brazilian adolescent females; *Public Health Nutr*, Oct;15(10):1854-60. doi: 10.1017/S1368980011003582.
- Santos, LP, Gigante, DP (2013), Relationship between food insecurity and nutritional status of Brazilian children under the age of five. *Rev. Bras. Epidemiol* 16 (04). <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000400018>
- Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Melgar-Quiñones H, Pérez-Escamilla R. (2014) Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Revista de Nutrição* 2014;27(2):241-51

**Em 22 de Agosto de 2022**

**Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenação Executiva e GT de Monitoramento**